

Desenvolvimentismo no Brasil e Educação diante do paradigma neoliberal

Developmentalism in Brazil and Education in the face of the neoliberal paradigm

Giovana Pedrette de Oliveira*

Leandro Ribeiro da Silva**

Resumo: Este artigo analisa os conceitos de desenvolvimentismo aplicados ao contexto brasileiro, com ênfase na escolha neoliberal e na reestruturação do ensino superior a partir dos anos 1990. Por meio de uma revisão de literatura, investiga-se como o desenvolvimentismo moldou estratégias econômicas nos ciclos históricos do Brasil, destacando o Primeiro (Governo Vargas-JK) e o Segundo (Ditadura Militar) Ciclo Desenvolvimentista, de acordo Bielschowsky (2004). A pesquisa foca nas transformações do ensino superior, marcadas pela expansão do setor privado e pela adoção de políticas neoliberais a partir do final do século XX. Argumenta-se que, apesar da ampliação do acesso ao ensino superior, a qualidade da formação acadêmica e a produção científica sofreram impactos significativos (Bresser Pereira; Diniz, 2009). O estudo traz reflexões sobre o papel das universidades públicas no desenvolvimento econômico e social do Brasil, considerando os desafios contemporâneos enfrentados por essas instituições.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo; Educação; Universidade Pública.

Abstract: This article analyzes the concepts of developmentalism in the Brazilian context, emphasizing on the neoliberal choice and the restructuring of higher education since the 1990s. Through a literature review, it explores how developmentalism shaped economic strategies in Brazil's historical cycles, focusing on the First Developmental Cycle (Vargas-JK Era) and the Second Developmental Cycle (Military Dictatorship) Bielschowsky (2004). The research highlights changes in higher education, marked by private sector expansion and the adoption of neoliberal policies in the late 20th century. It argues that, despite increased access to higher education, academic quality and scientific production faced significant challenges (Bresser Pereira; Diniz, 2009). The study reflects on the role of public universities in Brazil's economic and social development, considering the contemporary challenges these institutions face.

Keywords: Developmentalism; Education; Public University.

Introdução

O desenvolvimento econômico é um tema central nas ciências sociais e econômicas, especialmente no contexto brasileiro, onde desafios estruturais têm

* Graduada em Administração pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora.

** Professor da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, graduado em Economia, Mestre e Doutor em Ciências Sociais.

marcado historicamente as políticas de crescimento e modernização. Desde o início do século XX, o Brasil buscou alternativas para superar o subdesenvolvimento e consolidar sua posição como uma economia emergente, priorizando, em diferentes momentos, estratégias que envolvem a atuação do Estado e a integração entre setores produtivos e acadêmicos.

Nesse processo, destaca-se o conceito de Estado Desenvolvimentista, caracterizado por uma intervenção estatal estratégica para promover a industrialização, a modernização tecnológica e a melhoria das condições sociais (Prebish,1981; Weiss,2003; Diniz, 2013).

No caso brasileiro, dois períodos se sobressaem como marcos do desenvolvimentismo: o Primeiro Ciclo Desenvolvimentista, que se estendeu do governo Vargas até o governo JK, e o Segundo Ciclo Desenvolvimentista, durante a Ditadura Militar. O primeiro ciclo foi caracterizado por uma abordagem nacionalista e pela forte presença do Estado como agente econômico. Já o segundo ciclo, embora ainda centrado no papel estatal, integrou o capital estrangeiro como elemento crucial para acelerar a industrialização e atender às demandas da modernização.

A partir da década de 1990, o país entre uma escolha a ser feita (Nunes, 2016) adota um modelo econômico com maior alinhamento às políticas neoliberais, reduzindo o papel do Estado como indutor do desenvolvimento e priorizando a participação do setor privado em diversas áreas, incluindo a educação superior para suprir a ausência do Estado.

Nesse cenário, a expansão do ensino superior privado se intensificou e a diversificação dos sistemas de ensino se tornou uma realidade desafiadora. Esse processo, embora tenha contribuído para ampliar o acesso ao ensino superior, também trouxe preocupações sobre a qualidade da formação acadêmica e sua capacidade de atender às demandas do desenvolvimento nacional.

Este artigo propõe uma análise teórica sobre os conceitos de desenvolvimentismo aplicados ao contexto brasileiro, com foco nos impactos da reestruturação do ensino superior a partir dos anos 1990. Busca-se discutir como o desenvolvimentismo foi estabelecido como estratégia de desenvolvimento no país, o ruir de tal modelo e a escolha neoliberal nos anos 1990 e o papel da educação, especificamente, as universidades públicas como agentes centrais no projeto de desenvolvimento.

Metodologia

Este artigo adota uma metodologia baseada em revisão de literatura, utilizando a pesquisa bibliográfica como principal método. O levantamento bibliográfico foi realizado com base em obras que abordam os conceitos de desenvolvimentismo e o papel das universidades públicas no contexto das políticas educacionais e econômicas.

Foram incluídas também fontes que discutem as transformações no ensino superior brasileiro no período de 1990, como a expansão do setor privado e a adoção de políticas neoliberais, além de sua implicação na formação acadêmica e na produção científica.

A escolha por essa metodologia justifica-se pela necessidade de analisar criticamente a relação entre a educação superior e o desenvolvimento econômico no Brasil, com ênfase no papel das instituições públicas de ensino superior. A pesquisa bibliográfica permite identificar e analisar as principais discussões teóricas acerca do tema contribuindo para reflexões fundamentadas (Lakatos e Marconi, 2003).

Ciclos Desenvolvimentistas

Antes de aprofundar a discussão proposta, é necessário esclarecer o conceito de desenvolvimento, entendido como um processo de transformação que supera realidades em um sentido de progresso. Para Sen (1999), o desenvolvimento não se restringe ao aspecto econômico, mas abrange a expansão das capacidades e oportunidades dos indivíduos, permitindo que alcancem o que valorizam em suas vidas, em uma perspectiva mais humana e inclusiva.

Uma visão importante para a teoria desenvolvimentista é a de Prebisch (1981), que associa o desenvolvimento à melhoria das condições sociais por meio da ampliação de oportunidades sustentáveis, impulsionadas por mudanças tecnológicas e transformações sociais. Esse processo, segundo ele e Furtado (1983), envolve a transição de uma sociedade marcada pela pobreza para outra em que as necessidades básicas sejam atendidas e as possibilidades de progresso sejam ampliadas.

Bielschowsky diz que o desenvolvimentismo “...preconiza o suporte estatal aos investimentos necessários à transformação estrutural da economia...”

(Bielschowsky, 2004). Assim, o autor retrata o desenvolvimentismo como um projeto de desenvolvimento econômico e social.

Já o denominado Estado desenvolvimentista é a atuação expressiva do governo na economia, buscando criar condições propícias para o crescimento econômico. Essas condições podem envolver desde políticas industriais e de infraestrutura até mesmo a regulação econômica em setores estratégicos e específicos da economia (Bielschowsky, 2004; Diniz, 2013).

Essa visão desenvolvimentista surgiu a partir da CEPAL¹ (1948) que propunha fornecer propostas para impulsionar o desenvolvimento da América Latina. Esse projeto de desenvolvimento foi criado para fomentar o desenvolvimento na região, por meio de políticas estratégicas e relações econômicas com outros países. Ela foi fundamental para trazer análises teóricas sobre a situação econômica e social dos países latino-americanos, identificando desafios e propondo políticas para impulsionar o desenvolvimento dessa região.

A industrialização aqui, segundo os parâmetros desenvolvimentistas propostos por Bielschowsky (2004), é vista como uma parte fundamental do desenvolvimento e concede a característica de país desenvolvido aquele que avançou no seu processo industrial frente a nações atrasadas e, portanto, consideradas subdesenvolvidas. Assim, o objetivo cepalino era atingir uma independência econômica e política através de um crescimento econômico autossustentado.

Nesse contexto, o Brasil pode se encaixar alcançando maior maturidade econômica perante a outras economias latinas, por ter iniciado o processo de substituição de importações nas décadas de 30 e 40, e iniciado a produção de bens de capital na década de 1950, tendo como base fundamental as iniciativas do Governo de Juscelino Kubitschek e sua estratégia de industrialização acelerada com participação do capital externo. Ao final da 2ª Guerra Mundial o país foi marcado por uma economia urbano-industrial em ascensão, principalmente no mercado interno pela substituição de importações, em um cenário onde teorias e pensamentos desenvolvimentistas ganharam força, principalmente em uma sociedade emergente, moderna e industrializada.

¹ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e foi estabelecida em 1948, com o objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina, coordenando e promovendo a pesquisa e a análise de políticas econômicas, sociais e ambientais. Foi criada com a intenção de promover a industrialização e a modernização da região, desempenhando um papel significativo no processo de substituição de importações e na promoção do desenvolvimento sustentável em toda a América Latina e o Caribe (FURTADO, 1983).

O Governo Vargas (1930-1945; 1951-1954) se preocupou em atuar em duas principais frentes: a primeira, ajudar os empresários industriais em ascensão (burguesia) no desenvolvimento das indústrias brasileiras com vultuosos investimentos e, de tal forma, gerando lucros maiores para a classe dominante; já a segunda frente, Vargas não deixou seu caráter populista de lado, e atendia aos proletários e suas demandas sindicais e sociais, investindo em uma regulamentação do trabalho e em medidas de cunho social, como a educação e a criação de universidades (Favero, 1980).

Já o Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi centrado no Plano de Metas (1956), planejamento estatal para o desenvolvimento econômico acelerado, com foco na industrialização, especialmente no setor automobilístico, marcado pela predominância de capital externo (Costa e Mello, 2002). Entre os objetivos, destacavam-se a construção de infraestrutura, como rodovias e usinas hidrelétricas, e a ampliação de indústrias de base.

Esse quadro analisado entre 1945 e 1964 é denominado Primeiro Ciclo Desenvolvimentista ou Nacional – Desenvolvimentista que tem como pontos chave a superação da condição de subdesenvolvimento a partir da industrialização e intervenção do estado na economia (Bielschowsky, 2004, p.7; Silva, 2013).

O segundo período desenvolvimentista no Brasil, que abrangeu os anos de 1964 a 1985, foi marcado por uma série de políticas e estratégias voltadas para o desenvolvimento sob articulações do governo ditatorial, em meio a um cenário de dívida externa, pressão inflacionária e desequilíbrios econômicos.

Os governos militares seguiram com outras orientações divergentes das anteriores para a construção de um Estado desenvolvimentista, mas mantendo o ideal de desenvolvimentismo e a opção escolhida por JK, dando sequência ao aumento substancial do endividamento externo. Dessa forma, a opção escolhida para a construção desse estado desenvolvimentista foi a de dependência e associação do capital estrangeiro e logo, a economia do país começa a desacelerar entre 1964 e 1968 (Silva, 2013).

Além disso, os militares consideravam necessário um controle maior sobre a economia e os setores estratégicos para impulsionar o desenvolvimento do país, em uma abordagem mais autoritária e centralizada. Essa visão era baseada principalmente em ideias de planejamento econômico e industrialização acelerada, além da centralização da questão de segurança nacional (Bresser Pereira, 1990).

Logo após assumir, o presidente Castelo Branco (1964-1967) elaborou junto à sua equipe econômica o PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo, na tentativa de realizar uma ampla reorganização econômica do estado. Propunha também preparar a política econômica para o alto nível de intervencionismo do estado na economia que estava por vir, objetivando diminuir inicialmente as desigualdades regionais entre Norte e Nordeste, e investir em empreendimentos nas duas regiões, como a criação da Transamazônica (Almeida, 2018).

Já com o Governo de Médici (1969-1974) se inicia o Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), com um grande estímulo às exportações, instituindo um regime de câmbio flexível e isenção de impostos e créditos fiscais, além de empréstimos financiados em dólares oriundos dos Estados Unidos, que trabalhavam em uma lógica de juros pré-fixados em razão do orçamento público norte-americano ser deficitário.

Logo após assume o governo do General Geisel (1974-1979) e cria o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) já com o financiamento dos empréstimos internacionais com juros pós fixados. Nesse período, já em meio as crises econômicas, o foco era o investimento em indústrias de base, buscando alcançar uma autonomia em insumos básicos, investindo principalmente em siderúrgicas e petroquímicas, com ênfase em energia.

Nestes governos, embora destacado o "Milagre Econômico" (1968-1973) com um crescimento econômico significativo, o ciclo trouxe consequências severas para a economia brasileira como o aumento da dívida externa, o aumento na concentração de renda e nas desigualdades sociais. Ao final do período, o modelo desenvolvimentista começou a perder força diante das crises econômicas, abrindo espaço para uma nova ideologia no governo.

Crise do modelo desenvolvimentista, ascensão do neoliberalismo e educação nos anos 1990

Após a experiência dos governos militares, o país se vê em meio ao processo de redemocratização e com uma crise da dívida externa de grandes proporções na década de 1980, nomeada “década perdida”². Esse cenário ocorre ao mesmo tempo em

² A década de 1980 ficou conhecida como “década perdida” por conta do contexto econômico, com altos níveis inflacionários e o aumento da dívida externa, além também das diversas tentativas de reforma

que a “ideologia neoliberal se tornou hegemônica”, os autores aqui sustentam que a soma desses fatores teria levado o país, nos anos 1990, no contexto externo “a se submeter às novas ideias que vinham de Washington, deixando desde então de ter uma estratégia nacional de desenvolvimento” (Bresser Pereira; Diniz 2009).

Segundo Filgueiras (2006) três fenômenos foram determinantes para o surgimento dessa mudança de paradigma econômico, a partir da perda do protagonismo do Estado e do avanço do mercado em diversas funções antes entendidas como monopólios estatais. Seriam estes o próprio neoliberalismo, o projeto do “Estado mínimo, a reestruturação produtiva e a globalização. Com esses fatores combinados, o projeto de liberalização política e econômica ganhava cada vez mais força no cenário econômico nos anos 1990.

No que diz respeito a ampliação do estado de bem-estar social a partir da Constituição de 1988, direitos como saúde e educação tornam se direitos básicos e essenciais que devem ser garantidos pelo Estado, porém essa visão foi substituída por uma política restritiva de gastos. Ademais, a realidade em que se insere tal contexto, há uma sociedade que anseia pela modernização do sistema político, pela democracia e pelo desenvolvimento econômico e social. Essa renovação reduz antigas estruturas de poder, mas inserindo no lugar relações com organizações privadas, que podem priorizar os interesses econômicos em detrimento dos sociais.

Nesse contexto, políticas de investimentos em educação superior e, conseqüentemente, em pesquisas e desenvolvimento são diminuídas drasticamente ou mesmo descontinuadas em prol de uma política de corte de gastos; as chamadas políticas fiscais restritivas ou o “arrocho fiscal”. Essas relações entre governo, empresas e universidades têm o potencial de beneficiar as instituições de ensino superior, especialmente quando destinados a pesquisas com impacto social e econômico e começam a ser negligenciadas (Queiroz, 2013).

No contexto de redemocratização e crises severas na economia, havia duas propostas de solução: uma denominada desenvolvimentista, que previa uma reforma no sistema financeiro minimizando sua autonomia frente ao crescimento industrial interno, além da internacionalização da indústria de alta tecnologia. Já a segunda a proposta, neoliberal, investia na diminuição do Estado intervencionista, reativando os mecanismos de mercado e propondo políticas sociais compensatórias (NUNES, 2016).

monetária e implementação de novas políticas econômicas a fim de encontrar uma solução para a crise. (Almeida, 2018)

A ascensão da agenda liberal em conjunto com a perda de credibilidade da estratégia desenvolvimentista no segundo ciclo, a escolha feita foi clara. Sendo assim, a economia brasileira passa por uma série de mudanças com a priorização do sistema financeiro em relação ao setor industrial, desestimulando de certa forma o desenvolvimento e encerrando de fato o segundo ciclo desenvolvimentista (Diniz, 2013; Nunes, 2016).

Tal polarização foi fundamental e marca registrada para o período marcado por duas transições no início dos anos 1990: a política, para a democratização e a constituição da Nova República, bem como a econômica, com a aplicação de ideais neoliberais (Sallum; Kugelmas, 1991).

A partir do governo Collor e a adoção do ideário neoliberal de forma declarada com a política de redução de impostos de importação iniciaram o processo de abertura da economia brasileira, obtendo como elemento central de governo a política econômica voltada para o setor externo. É importante salientar que tais medidas, realizadas por Collor e intensificadas logo após pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), estiveram norteadas pelo Consenso de Washington³.

Os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, são marcados pelo fortalecimento da área econômica do governo e o sucesso da política de estabilização monetária com o Plano Real – após o fracasso de várias iniciativas desde o final dos anos 70 – e a intensificação dos processos e iniciativas do início dos anos 90 de cunho neoliberal. É importante ressaltar que houve uma troca do denominado “tripé” de financiamento da acumulação de capital por uma configuração estrutural baseada no capital financeiro internacional, gerando uma subordinação perante o mercado, a primeira característica do desenvolvimentismo e a segunda do ideário neoliberal (Gennari, 1990).

O êxito neoliberal parcial dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) passa pelas reformas pró-mercado, sem dúvida, mas não podem deixar de levar em conta o contexto social, político e cultural de um país com nossos traços personalistas, estatistas e clientelistas. Ele conseguiu atuar na estabilização macroeconômica, aprovando medidas das reformas administrativa e da previdência, indo ao encontro das

³ O Consenso de Washington foi uma reunião realizada em 1989 por membros do FMI e Banco Mundial juntamente com o governo estadunidense, em que se redigiu um manual da política neoliberal que deveria ser aplicado pelas economias periféricas como um todo, especialmente economias latinas, e serviu como pilar dos fatores aplicados (Williamson, 1990).

teses do Estado Mínimo⁴, ao mesmo tempo que práticas antigas continuaram existindo como a atuação estatal nas políticas voltadas ao crescimento e desenvolvimento do país.

É importante aqui deixar claro que o Brasil, mesmo com as influências externas, não é um exemplo de Estado Mínimo, porque o neoliberalismo puro não avançou a ponto de destituir as principais atribuições estatais. Nesta visão, então, foram ações insuficientes em pontos importantes que cabem aqui ser ressaltadas, especialmente o sucateamento das instituições públicas.

Sendo assim, para seguir as imposições estabelecidas pelo FMI, muitas perdas foram visíveis nesta passagem para o Estado neoliberal, sentidas com maior impacto pelas parcelas sociais que mais necessitam que esses serviços sejam fornecidos pelo Estado, que representam a maior parte da população. O neoliberalismo de tal forma promoveu a diminuição do papel do Estado na provisão desses serviços, deixando-os sujeitos à lógica do mercado. Foram implementadas políticas de privatização, desregulamentação e abertura comercial, visando atrair investimentos estrangeiros e promover a eficiência econômica.

De tal forma, com baixos investimentos em prol de uma política fiscal restritiva que atende aos interesses do mercado desde então, intensificou o sucateamento de políticas e instituições antes considerados como “dever” do Estado, como foi na década de 1990 pelo Brasil, principalmente no que diz respeito a política de educação superior.

Educação como eixo principal do desenvolvimento no final dos anos 1990

Nos anos 1990, a política pública voltada à educação superior apresentava dados positivos, como aumento das matrículas (comparado a década anterior), a maior internacionalização, e a introdução de um sistema de avaliação. A partir desse período, o eixo da educação universitária se tornou fundamental para impulsionar o desenvolvimento em diversos aspectos (Queiroz, 2013). No período compreendido entre 1980 e 1995, o sistema educacional de ensino superior no Brasil apresentou um crescimento aquém do esperado, de 12,46% em relação ao número de matrículas, dados esses que podem ser justificados pela grave crise econômica que o país enfrentou nesse

⁴ As teses do Estado Mínimo aqui são referenciadas de acordo com o Consenso de Washington em 1989, com a liberalização do mercado e do Estado na figura de regulador e não interventor, se aproximar cada vez mais da ideia do livre mercado e abrir a economia nacional para o exterior. É importante ponderar a questão do Estado mínimo no Brasil, porque ele não se tornou apenas regulador a partir dos anos 90 e continuou como produtor com as estatais, mesmo ocorrendo privatizações.

período após os governos militares, e aos altos níveis de pobreza e desemprego que se seguiram (Macedo, 2005).

A partir de 1995, contudo, o crescimento dessa mesma taxa sobe para 53,1%, fomentando um novo mercado, principalmente para as instituições privadas de ensino (Catani e Rocha, 2004; Macedo, 2005). Esse elevado crescimento é devido principalmente a expansão do ensino superior privado, dentro de uma perspectiva empresarial, lucrativa, e nem sempre com a qualidade de ensino esperada (Goergen, 2010).

A questão quantitativa foi um primeiro eixo na expansão do ensino superior, levando em consideração aspectos sociais, econômicos e raciais, em um alinhamento mais neoliberal dentro da visão de da ineficiência alegada do setor público nesse setor. Foi necessária também para suprir um aumento na demanda existente, seguindo a lógica do mercado de trabalho, que segue apresentando mudanças estruturais e a educação segue sendo interpretada como meio de melhoria de oportunidades de trabalho e emprego (Goergen, 2010).

Nesse contexto, é importante destacar também da Lei nº 9.934 (BRASIL,1996) que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional nesse momento, com uma ampla diversificação do ensino superior e estabelecendo novos parâmetros para a construção de um novo sistema de avaliação nacional da educação superior. Com base nisso, houve uma expansão significativa das universidades e, como já dita, uma maior participação do setor privado, diversificando também a oferta do ensino superior brasileiro.

Essa expansão foi fundamental para as mudanças que viriam a acontecer no período Lula, porém essas modificações não podem ser consideradas como uma reforma efetiva da educação superior no país, mesmo sendo fundamental para a sua expansão e incorporação. Para além desses governos, é importante a percepção da educação como eixo principal do desenvolvimento, tendo em vista seus efeitos multiplicadores. Isso contribuiu para a democratização do acesso à educação de qualidade e para a formação de profissionais qualificados em diversas áreas do conhecimento. Esses profissionais, por sua vez, desempenham um papel crucial no desenvolvimento econômico, na inovação e na competitividade do país (Catani; Rocha, 2004).

De tal forma, é possível dizer que as IPES (Instituições Públicas de Ensino Superior) são fundamentais para promover a produção de conhecimento científico e

tecnológico. As universidades, então, como centros de pesquisa e desenvolvimento contribuem significativamente para o avanço de áreas específicas e para a solução de problemas sociais e econômicos (Sguissardi, 2006; Silva Júnior, 2008). A produção científica e tecnológica gerada nessas instituições pode gerar impactos no desenvolvimento de setores estratégicos, na inovação tecnológica, na competitividade das empresas e na qualidade de vida da sociedade em geral.

Outro aspecto relevante é o papel da universidade como agente de transformação social. Por meio da formação de profissionais engajados e conscientes, a educação superior contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, capaz de lidar com os desafios do desenvolvimento sustentável e promover a cidadania (Curado, 2004).

Nessa perspectiva, é importante destacar que converter investimentos estatais em educação como eixo principal do desenvolvimento, como estratégia governamental (Fávero, 1980; Senhoras, 2008; Chiariani, 2012). Com efeito, a ausência de um sistema nacional de educação unificado e consolidado pelo Estado não conseguiria trazer a capacitação social dos indivíduos, e, por consequência, uma modernização da produção e dos processos capitalistas, isto é, o desenvolvimento econômico, como muitos almejam. Por isso então, justamente pela falta de uma educação unificada e equitativa era necessário realizar uma democratização educacional, em que todos tivessem acesso ao ensino em todos os seus níveis, do básico ao superior, de forma igualitária e justa.

Além disso, é importante examinar a educação como política de desenvolvimento sustentado, constante, durável e não baseado em uso predatório de recursos naturais e humanos, que é geralmente a visão capitalista. Dessa forma, além dos benefícios do próprio desenvolvimento como política social e econômica, deve acarretar uma integração nacional e consequente redução das desigualdades regionais brasileiras, com uma internalização de dinamismos e a incorporação significativa das massas do processo econômico, social e político pela sociedade (Moraes, 2010).

Nessa linha, deve-se ressaltar a importância da universidade como um espaço propício para a geração de conhecimento científico e o desenvolvimento de pesquisas que terão impactos positivos, diretos e indiretos, para toda a população. Investimentos governamentais e do setor privado podem fomentar a colaboração entre universidades e empresas, estimulando a transferência de tecnologia e a criação de soluções que impulsionem o desenvolvimento econômico (Goergen, 2010).

Cenário Atual

No atual cenário em 2024, a educação superior pública brasileira permanece passando pelos mesmos problemas dos anos 1990, ou seja, com os cortes orçamentários e os ataques no plano ideológico e político. A novidade é a política restritiva promulgada pelo conservador e ultraliberal governo Bolsonaro (2018-2022) e o fenômeno do bolsonarismo (Esther *et al*, 2024). Foram utilizadas estratégias de deslegitimação das IPES além de defesas no discurso na ineficiência destas instituições.

O ataque ao ensino superior ocorreu como parte de uma estratégia negacionista, associada a um modelo econômico neoliberal e a uma agenda social e cultural de caráter conservador e reacionário. Tal agenda contou com proposta de emenda da Constituição (PEC) sobre o Teto de Gastos, resultando em cortes nos orçamentos destinados as universidades públicas.

Além dos impactos negativos que as universidades enfrentaram de manter suas operações e garantir a qualidade do ensino e da pesquisa, comprometeu a infraestrutura e elementos de permanência dos estudantes impactando diretamente a formação desses alunos. Diante desse cenário, em que as universidades deixam de ser consideradas estratégicas pelo governo, elas enfrentam não apenas uma redução em sua já limitada força política, mas também a perda de reconhecimento como elementos fundamentais para a construção de um projeto de nação (Esther *et al*, 2024).

Um dos efeitos mais graves dessa conjuntura é o fenômeno da “fuga de cérebros” (*brain drain*), que tem se intensificado no Brasil em períodos de crise político-econômica, sendo amplamente influenciado por políticas como a PEC do Teto de Gastos (Dourado, 2023). Esse êxodo de talentos compromete significativamente o desenvolvimento nacional em áreas estratégicas, além do próprio desestímulo com futuros profissionais da área.

Considerações finais

Com base na análise dos ciclos históricos do desenvolvimentismo no Brasil e nas transformações ocorridas na década de 1990, é possível reafirmar a importância estratégica das universidades públicas para o desenvolvimento nacional. Embora o

período tenha sido marcado pela retração do Estado e pela expansão do ensino superior privado, destaca-se que são as instituições públicas de ensino superior que têm capacidade de promover pesquisa, inovação tecnológica e formação crítica.

Então é necessário dizer que investimentos em instituições de ensino superior públicas, as que estão verdadeiramente comprometidas com ensino, pesquisa e extensão, podem contribuir para o desenvolvimento econômico, com base nas teorias desenvolvimentistas. Assim, as estratégias de modernização trazem a importância de meios que estruturam esse caminho nas universidades, sobretudo através de incubadoras tecnológicas, empresas juniores, agências de inovação, incentivos a iniciação científica e *startups*, pesquisas e treinamento profissional nos cursos.

Para isso, é imprescindível fortalecer políticas públicas que incentivem a democratização do acesso à educação superior, os investimentos em pesquisa e a integração universidade-indústria-governo. A modernização da educação, alinhada às demandas de um mercado global competitivo, é necessária sem negligenciar a função social das universidades como promotoras de cidadania, redução das desigualdades regionais e transformação social.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A Trajetória Econômica Do Brasil Na Era Militar: Crescimento E Crises. Trabalho apresentado na 7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós-graduação em História Econômica. Brasília, 2018.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L.C. & DINIZ, E. Empresariado industrial, democracia e poder político. *Novos Estudos*, 84, pp.83-99, 2009.

CATANI, A. M., & Rocha, E. R. Expansão e democratização do ensino superior no Brasil: uma análise das estatísticas recentes. *Educação & Sociedade*, 2004.

CHIARIANI, Tulio; VIEIRA, Karina Pereira.; Universidades como produtoras de conhecimento para o desenvolvimento econômico: Sistema Superior de Ensino e as Políticas de CT&I. Rio de Janeiro: RBE v. 66 n. 1 / p. 117–132, 2012.

COSTA, L. C.; MELLO, L. I.; História do Brasil. São Paulo: Scipione v. 1, 11ª edição, jul. 2002.

DINIZ, Eli; Desenvolvimento e Estado Desenvolvimentista. 2013. *REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA* V. 21, Nº 47: 09-20 SET. 2013.

DOURADO, Carina. (2023, 30 de abril). Fuga de cérebros, a diáspora de cientistas brasileiros. Agência Brasil. Recuperado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-04/fuga-de-cerebros-diaspora-de-cientistas-brasileiros>.

ESTHER, A.B.; RODRIGUES, I.S.; SILVA, L.R.; OLIVEIRA, V.C; Desafios para a política educacional e para a universidade no Brasil pós-Bolsonaro. XI Congresso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas GIGAPP, 2024.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Universidade e poder: análise crítica / fundamentos históricos: 1930-45. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FILGUEIRAS, L. História do Plano Real. São Paulo: Boitempo, 2006.

GENNARI, Adilson M.; Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 1990. São Paulo: Pesquisa e Debate, v.13, n. 1(21), p. 30-45, 2001.

GOERGEN, P. “Educação superior na perspectiva do sistema e do Plano Nacional de Educação”. Educação & Sociedade, vol. 31, no 112, setembro de 2010, p. 895–917.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

L9394. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acessado 2 de dezembro de 2024.

MACEDO, A; TREVISAN, L; TREVISAN, P; MACEDO, C. Educação Superior no século XXI e a Reforma Universitária Brasileira. Ensaio: aval. Pol. Publ. Educ., Rio de Janeiro, v13, n47, p. 127-148, abr./jun. 2005.

Nunes, Wellington. “Uma estratégia nacional de desenvolvimento no Brasil dos anos 1990”. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 24, n° 59, setembro de 2016, p. 67–89. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1590/1678-987316245904>.

PREBISCH, R. O manifesto latino-americano e outros ensaios. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 1981.

SALLUM JR., B. & KUGELMAS, E. O Leviatã declinante: a crise brasileira dos anos 80. In: *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, 5 (13): 145-59, 1991.

SENHORAS, Elói Martins. As redes do desenvolvimento econômico e social no sistema de ensino superior brasileiro. Rio de Janeiro, Lince em Revista, v.4, n.1, p. 138-15,3 Março de 2008.

SGUISSARDI, Valdemar. Reforma universitária no Brasil-1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. *Educ. Soc.*, Campinas, vol.27, n.96- Especial, p. 1021-1056, out. 2006.

SILVA, Leandro R.; Os ciclos desenvolvimentistas brasileiros (1930-2010): do nacional desenvolvimentismo ao novo desenvolvimento”. Campinas: UNICAMP, 2013.

WEISS, L. (ed.). 2003. *States in the Global Economy. Bringing domestic institutions back.* Cambridge (UK): University of Cambridge.